

Novo Hospital de Lisboa

UM NOVO HOSPITAL PÚBLICO EM LISBOA NO PORTUGAL REPUBLICANO, DEMOCRÁTICO LAICO E EUROPEU



Célia Pilão

Consta, há décadas, que vai ser construído um novo hospital público em Lisboa. Notícias recentes parecem aproximar-nos dessa realidade. Se assim for, o novo hospital marcará a nossa época, bem ou mal, e poderá deixar para trás, bem ou mal, 520 anos de história.

Quero eu dizer com isto que o novo hospital nos vai por à prova. Vejamos o que a história nos ensina a este respeito: no início do século XVI abriu, no Rossio, o Hospital Real de Todos-os-Santos, obra de D. João II e de D. Manuel I, em tempo de descobertas, num país respeitado pelo mundo civilizado de então. O resultado foi uma obra renascentista, uma grande casa de assistência para todos, um monumento no centro da capital.

Cerca de 270 anos depois, num outro tempo, o Hospital do Rossio deu lugar ao Real Hospital de S. José. Estão enganados os que pensam que o Hospital de S. José foi instalado provisoriamente em casa jesuíta, na emergência pós-terramoto. Foram as ideias iluministas, as ideias higienistas, nomeadamente de Ribeiro Sanches no seu *Tratado de conservação da saúde dos Povos* que moldaram o novo hospital, influenciando o poder político para a não

reconstrução do hospital do Rossio porque estas casas deviam estar em zonas de “ares mais lavados”. O Real Hospital de S. José foi assim instalado num local mais elevado, num outro monumento da cidade, o Colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo. O edifício do Colégio foi integralmente adaptado a um hospital moderno com 1200 leitos, tendo as obras decorrido entre 1769 e 1775, segundo projecto de Manuel Caetano de Sousa e com o apoio, entre outros, do saber de Manuel Constâncio, ilustre anatomista que apoiou a adaptação de S. Antão a S. José. Resultado: instalou-se a maior instituição de doentes em Lisboa num outro monumento da cidade.

A expansão pela colina

Com o advento e a vitória das ideias liberais, Joaquim António de Aguiar propõe a extinção das ordens religiosas em Portugal (decreto assinado por D. Pedro IV e publicado em 30 de Maio de 1834), o que permite ao Hospital de S. José, anos mais tarde, ocupar os conventos e outras casas religiosas da Colina de Sant’Ana, ampliando a sua capacidade de internamento, há muito esgotada.

Entre 1844 e 1928, o Hospital de S. José vai adaptar conventos e construir edifícios, para dar resposta às necessidades da população de Lisboa: a antiga Gafaria de S. Lázaro converte-se na primeira escola de enfermagem da capital e posteriormente na Maternidade Magalhães Coutinho; entre 1847 e 1850, os doentes psiquiátricos são transferidos para a antiga casa da Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo, e aí nasce o Manicómio de Rilhafoles, o primeiro hospital psiquiátrico em Portugal, mais tarde designado Hospital Miguel Bombarda; em 1857, o antigo Convento de Nossa Senhora do Desterro, fundado em 1591 e pertencente à Ordem de Cister, é transformado num hospital de venereologia e sifiligrafia; em 1877 é inaugurado o Hospital Dona Estefânia, único hospital da Colina de Sant’Ana construído de raiz como hospital com uma forte vocação para o tratamento de crianças; em 1892, o Hospital de Arroios, antigo noviciado jesuíta, vai integrar o conjunto, tratando os doentes com tuberculose.

De 1901 a 1910, Curry Cabral concebe e implementa uma grande reforma da hospitalização da cidade de Lisboa, apoiado politicamente por Hintze Ribeiro. Moderniza os hospitais e aumenta o conjunto com mais 2 unidades: o Hospital do Rego, inaugurado em 1906, constituído por 24 pavilhões e um corpo central, destinado a doenças infecto-contagiosas: lepra, tuberculose, varíola, sarampo, erisipela e febre tifoide. É considerado um dos melhores hospitais do seu tempo e tem uma capacidade de 728 camas; o Hospital de S. Marta, antigo convento de Clarissas, é convertido, entre 1903 e 1908, no mais moderno hospital da cidade. De 1911 a 1954 irá funcionar como o primeiro Hospital Escolar de Lisboa, em articulação com a recém-inaugurada Escola Médica dando continuidade às funções até aí exercidas pelos antigos hospitais. Em 5 de Outubro de 1910, o “Hospital Real de S. José e Anexos” conta com uma capacidade de internamento de 3 838 camas.

Em 1913, na sequência da instauração da República, cai o real e o santo que são substituídos pelo civil e este conjunto recebe o nome de “Hospitais Civis de Lisboa” (HCL).

Em 1928, época do Pronunciamento Militar de 28 de Maio de 1926, os HCL vão integrar o Convento de Santo António dos Capuchos.

Ou seja: em Lisboa, entre 1492 e 1953, os doentes pobres foram recebidos e tratados nos hospitais públicos de Todos-os-Santos, S. José e Anexos e HCL.

A vida destas grandes instituições públicas acompanhou sempre a política portuguesa, nos momentos de estabilidade e nas grandes convulsões, mas as suas mudanças qualitativas emanaram sempre de mentes inovadoras, modernas, humanistas e cosmopolitas. Os movimentos científicos e os movimentos culturais e artísticos, quando de mãos dadas, provocam as mudanças mais surpreendentes.

Em 1953 entra em funcionamento o Hospital Escolar de Santa Maria, numa nova centralidade universitária. Obra de um arquitecto alemão, Hermann Distel, e do Estado Novo. Enfim, um grande hospital público em Lisboa em meados do século XX no Portugal de António de Oliveira Salazar.

Este enorme edifício escolar abre com pompa e circunstância, em data comemorativa dos 25 anos de Salazar no Governo da Nação, mas sem muitos dos professores que iriam dar continuidade à cultura científica e humanista da célebre “Geração de 1911”, como Pulido Valente, Fernando Fonseca, Augusto Celestino da Costa, Dias Amado, afastados compulsivamente pelo ditador em 1947.

Um hospital para o século XXI

A ser verdade que nos anos vinte do século XXI, Lisboa vai ter um novo hospital público, que hospital necessitam e merecem os cidadãos?

A história atrás contada parece ensinar-nos o seguinte:

1. Um novo hospital não deverá ser uma cópia dos anteriores porque cada um foi fruto da sua época. Assim sendo, os valores de um Portugal republicano, democrático, laico e europeu do século XXI deveriam ser o pano de fundo donde emanaria uma nova instituição.
2. Uma sociedade democrática que assume o Direito à Saúde obrigar-nos-ia a construir um hospital público, com gestão pública, que tivesse como única missão dar resposta efectiva às reais necessidades dos cidadãos que vai servir. Estas necessidades resultariam de adequados, completos e complexos estudos, nomeadamente epidemiológicos, que conduziriam à elaboração de um plano de saúde para a Área Metropolitana de Lisboa.
3. Este Plano ditaria a tipologia do novo hospital, caso ele se justificasse, e na sua programação seriam envolvidos todos os hospitais públicos de Lisboa de modo a garantir a maior complementaridade possível e o novo hospital seria apenas uma peça num conjunto articulado de instituições.
4. As equipas de trabalho seriam constituídas exclusivamente por profissionais com créditos firmados nas diversas áreas das ciências da

saúde, mas também cidadãos com as tais mentes inovadoras, modernas, humanistas e cosmopolitas deste início de século.

5. Quanto ao nome do novo hospital, sendo Portugal um país laico, não há necessidade de convocar novamente Todos-os-Santos ou santo algum.

Em conclusão: um novo hospital público em Lisboa deveria reflectir o melhor que o século XXI nos exige: fácil acessibilidade, funcionamento em complementaridade com as instituições públicas de saúde da cidade e da região, tratamento dos cidadãos doentes e dos profissionais com a maior dignidade e respeito. Ou seja, um hospital a funcionar bem, com serenidade e sem aparato, para tratar cidadãos doentes e cada vez mais idosos. As inovações científicas e tecnológicas são uma fatalidade que em saúde muito saudamos, mas a alta tecnologia não passa de um recurso, exibido e manuseado demasiadas vezes por seres tão frios como os aparelhos.

Não sei se o novo hospital deveria ser um monumento da cidade, mas um edifício público de grande qualidade arquitectónica, à escala humana, acolhedor e funcional, sim.

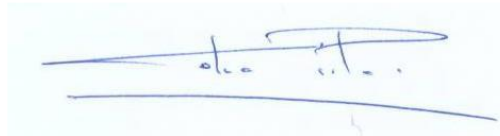
E o que fazer à herança deixada pelos antigos Hospitais da Colina de Sant'Ana?

Além de monumentos de Lisboa e do país, são um importantíssimo repositório do património artístico dos conventos e do património científico hospitalar e de ensino. A soma dos anos de vida destes edifícios como conventos atinge os 1670 e como hospitais soma 1460, envolvendo 10 instituições. No Hospital de S. José, indiscutivelmente a instituição protagonista da Colina, mantendo-se ou não como hospital, deveria ser instalado o Museu da Saúde ou dos HCL.

Um poder civilizado encontraria na colina mais central de Lisboa, com uma concentração única de conventos, hospitais e palácios, uma oportunidade histórica para renovar, com apurada sensibilidade estética e cultural, esta parte da cidade antiga.

Um poder inculto considera esta riqueza nacional como património excedentário do Estado, pronto para ser vendido a quem mais der. Esta ideia

insensata leva-nos a imagens delirantes: o mítico Hospital Real de Todos-os-Santos se tivesse resistido, podia ser hoje a residência de Madona e o Hospital de S. José a morada de Valentino, mas com adereços lusos de Joana Vasconcelos. Sempre satisfaziam o gosto dos donos da bola e de outros convidados excelentíssimos.



Célia Pilão
Administradora hospitalar